

História (São Paulo)

Ver e dizer

Ensaio sobre o gênero biográfico em Varnhagen¹

Seeing and telling

Essay on the biographical genre in Varnhagen



Temístocles CEZAR*

Evandro SANTOS**

Resumo: O artigo pretende examinar a participação de inserções com características biográficas no texto da principal obra do historiador oitocentista Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), a *História geral do Brasil*, editada em dois volumes, nos anos de 1854 e 1857. O foco se direciona ao primeiro tomo da obra, recorte privilegiado à investigação da incorporação de pesquisas e publicações prévias de Varnhagen e de seu interesse particular por alguns personagens do passado colonial do Brasil. A hipótese levantada é a de que as considerações biográficas demarcadas evidenciam importantes aspectos heurísticos e narrativos da produção de Varnhagen.

Palavras-chave: Francisco A. Varnhagen; História do Brasil; gênero biográfico.

Abstract: This article intends to examine the use of narrative insertions with biographical features in *História geral do Brasil*, the most important text of 19th Century historian Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), edited in two volumes, in 1854 and 1857. The focus of the article is in the first volume; this is a privileged frame to investigate the incorporation of previous research and publications by Varnhagen, and his specific interest in some characters of Brazil's colonial past. The hypothesis here is that biographical considerations delimited in this work display important heuristic and narrative features of Varnhagen's production.

Keywords: Francisco A. Varnhagen; History of Brazil; biographical genre.

* Temístocles Cezar: Professor Doutor – Departamento e Programa de Pós-Graduação em História – UFRGS. A pesquisa que resultou neste artigo contou com financiamento do CNPq. Contato: t.cezar@ufrgs.br.

** Evandro Santos: Mestre em História, doutorando no Programa de Pós-Graduação em História – UFRGS – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Av. Bento Gonçalves, 9500, Agronomia, 91509-900 – Porto Alegre, RS – Brasil – Caixa-postal: 91501970. Contato: evansantos.hist@gmail.com.

O Brasil teria sido descoberto por Vasco da Gama, e Pedro Álvares Cabral não passaria de um coadjuvante. Pelo menos assim pensava Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), em sua *Historia geral do Brazil (HGB)*: “desta fôrma a Vasco da Gama, que dirigiu os rumos dos pilotos de Cabral, é que se deve verdadeiramente o feliz achamento desta terra, – achamento, que, se não se effectuára por esta primeira expedição que o seguiu, não poderia deixar de ter logar num dos annos immediatos, desde que a navegação da India se tornou frequente” (VARNHAGEN, 1854, p. 17).² O Brasil convertia-se, nessa imagem que o personagem ajudava a criar, em espaço lançado em uma temporalidade inexorável.

Como teria ocorrido este movimento? Lúcia Maria Paschoal Guimarães comenta que, reconhecendo os interesses comerciais da dinastia de Avis em relação ao comércio de especiarias, o autor da *HGB* demarcava o papel de Vasco da Gama, “hipótese que é comprovada por um testemunho até então inédito, a que Varnhagen tivera acesso nas pesquisas que realizou na Torre do Tombo: as *Instruções* de viagem do capitão-mor Pedro Álvares Cabral”. A historiadora conclui ainda que “a fonte revela que os rumos dos pilotos da frota foram traçados de acordo com as recomendações circunstanciadas de Vasco da Gama, em última análise o grande responsável pela formidável descoberta” (GUIMARÃES, 2001, p. 81). De fato, o processo de inserção do personagem, como em muitos outros casos presentes na obra, é justamente esse: determinado documento encontrado poderia vir a decidir o ingresso de um nome na história ou estimular seu esquecimento. Logo, embora Gama não seja um exemplo de biografado na *HGB*, sua estratégica presença no texto produz uma marca biográfica.

Em meio à vastidão de nomes inseridos nas páginas da *HGB*, as interpolações eminentemente biográficas é que são objeto da nossa leitura. Quem seriam aqueles cujas vidas compreenderiam as “proporções convenientes” que os esquadros de Varnhagen delimitavam para sua *Historia*?³ Américo Vespúcio nos fornece um primeiro exemplo:

Amerigo Vespucci, que, segundo ha pouco vimos, acompanhou a primeira destas expedições que correram para loeste a parte septentrional da nossa costa, e que depois visitou por duas vezes o littoral, desde o cabo de S. Roque para o sul, foi naturalmente o primeiro europeu que navegou por toda a extensão da fronteira maritima do actual imperio do Brazil, e foi tambem o primeiro que por si proprio se inteirou da grande extensão continental que hoje se chama America do Sul, e que sem injustiça se poderia chamar *America*, como os geographos, estranhos á Hespanha e á patria daquelle navegador, propozeram [...] (VARNHAGEN, 1854, p. 26-27).

O interesse de Varnhagen e os registros das suas incessantes pesquisas sobre a vida e os trabalhos de Vespúcio levariam a discussões que guardam polêmicas e dúvidas historiográficas que adentraram o século XX e fazem parte da história da historiografia (RODRIGUES, 1979).⁴ Ter sido

o primeiro a costear o território brasileiro garantia ao viajante a introdução de sua vida na temática da “descoberta do Brasil”. No entanto, ele não seria um mero “dado” levantado das fontes disponíveis, mas um personagem a ser construído na grande narrativa sobre o Brasil:

Amerigo Vespucci, de simples socio de uma casa de commercio que era, chegou, por sua habilidade e applicação, a cosmographo ou a engenheiro cosmographo, como hoje diriamos; o, no sentir do grande Colombo, que se mostra seu amigo, era homem honrado. Não vemos, pois, justas razões para nos conspirarmos tanto contra o nome que o uso adoptou, no intento de designar a companheira da bella Europa, da Asia opulenta, e da adusta Africa. Os que se rebellam, clamando contra a injustiça deste nome, e accusando a memoria do homem intelligente e activo, que prestou importantes serviços á civilização, commettem nesse mesmo acto de rebeldia outra injustiça; e quando querem que os contemporaneos conquistem o nome de *Colombia* para a quarta parte da terra, propõem, não diremos com alguns que uma utopia, mas quem sabe se uma nova injustiça. Sabemos que o nome dado áquellas terras pelo ousado Genovez foi de *Indias*, ao qual Castella accrescentou depois a qualificação de *occidentaes*. E a designação de Indias Occidentaes nos perpetuaria melhor a obra de Colombo, e o seu genio perseverante numa grande idéa, e lembraria continuamente á humanidade como deve ella respeitar o engenho, ainda em seus grandes erros; porquanto destes se pode tanto chegar á verdade, como ao conhecimento della se chega, nas sciencias exactas, partindo ás vezes de hypotheses gratuitas (VARNHAGEN, 1854, p. 27-28).

Homem honrado! À primeira vista, uma simples avaliação moral do biografado; em seguida o historiador explicitava o motivo para a nada lacunar exposição de seus traços pessoais e méritos de ofício. Mais que um breve retrato ou crônica de uma existência, a biografia de Vespúcio fazia parte de uma questão historiográfica. Em última análise, o registro narrativo de uma correção cronológica, um esforço no sentido da busca pela “verdade” e de dar limites à “injustiça” histórica. Reconstruir o percurso do personagem era um meio de não restringir sua presença à ordenação temporal da *HGB*. Nesse sentido, é importante não perder de vista que as pesquisas sobre Cristovão Colombo e Américo Vespúcio constituíam um campo de interesse particular de Varnhagen e se concretizaram em monografias publicadas nos anos de 1850 - período em que ele atuou diplomaticamente em Madri - e que se desdobraram em outras publicações nas duas décadas que se seguiram (VARNHAGEN, 1961, p. 84).

Arno Wehling, antes de propor uma classificação sistemática da vasta obra de Varnhagen, cita Sílvio Romero que, por sua vez, insere os trabalhos sobre as viagens de descobrimentos no campo das pesquisas sobre a “História Geográfica da América”. Wehling sugere outra ordenação, segundo ele, mais abrangente em relação àquela criada pelo crítico sergipano, na qual, entre os trabalhos históricos de Varnhagen, poder-se-iam supor conteúdos para seções de “obras de abordagem política e geo-políticas” e “edições críticas de documentos históricos”, nas quais, certamente, estariam relacionadas as análises sobre Vespúcio (WEHLING, 1999, p. 50). Nessa perspectiva, ao investigar as relações entre história e geografia no Brasil do século XIX notamos

que o problema que se impunha ao saber geográfico no período era o de suas fontes. “Da mesma forma que para a produção historiográfica e literária, a geografia não pode deixar de considerar os textos de viagem como fontes. Ela encontra neles os primeiros traços, rotas, desenhos, indicações morfológicas e climáticas da superfície do Brasil, marcas - reais ou naturais, supostas ou simplesmente inventadas - das divisões de fronteira”.⁵ Seguindo essas observações, não é demais reforçar que o domínio sobre o espaço relacionava-se a interesses políticos evidentes e, “se pensarmos que, num momento de constituição da Nação, também a definição de sua identidade físico-geográfica é parte do projeto mais amplo, podemos entender o porquê de o Instituto reservar [tanto] espaço ao tratamento do assunto” (GUIMARÃES, 1988, p. 23).

Retornando a Vespúcio, é indubitável que a admiração de Varnhagen teve peso em sua incorporação à história brasileira, mas cremos ser oportuno matizar, por exemplo, a ideia de que seria ela uma simples exceção ao estrangeiro no conjunto da obra, em meio ao “desfile dos heróis portugueses”, como interpreta José Carlos Reis:

Varnhagen, Cabral em terra, põe então, retoricamente, a questão de sua propriedade: pertencia aos portugueses? E responde: pertencia, sim, desde 1494, isto é, antes de ter sido descoberta, pelo Tratado de Tordesilhas, assinado por portugueses e espanhóis diante do papa. Varnhagen até reconhece que não foi Cabral o primeiro a ter chegado ao Brasil. Ele foi precedido por alguns navegantes espanhóis: Américo Vespúcio, Vicente Pinzon, Diogo de Lepe. Entretanto, a vinda desses não tivera conseqüências (REIS, 1999, p. 38-39).

Parece correto afirmar que Varnhagen procura vincular um passado supostamente brasileiro à história portuguesa, sem desconsiderar, no entanto, outros perfis ou candidatos a personagens históricos. Em que implicava, assim, do ponto de vista do discurso sobre o tempo histórico, estudar e dar a conhecer as viagens que antecederam à tomada territorial realizada pelos portugueses? Não estariam aí comprovados, apesar dos jogos políticos envolvidos, um alargamento da concepção espaço-temporal do campo da pesquisa histórica, emergente no Brasil, e suas trocas com outras disciplinas em formação? Logo, conhecer Vespúcio, para Varnhagen, era um meio de, paralelamente, capacitar-se para realizar uma descrição histórico-geográfica - que certamente não era tão óbvia como, em retrospecto, pode-se sugerir - e de imiscuir-se em um âmbito de investigações que por vezes não se conformavam em responder às restrições de uma imprecisa ideia de nação e de história nacional.

Com efeito, Vespúcio não está casualmente inserido na *HGB*. Narrar sua vida e suas viagens, assim como fazer a análise crítica de suas cartas e defender seu pioneirismo, significava circunscrever e ocupar, simultaneamente, um período histórico e um círculo de discussões eruditas sobre a temática das navegações. Dessa maneira, “descrever é ver e fazer ver mas, muito rapidamente, a consideração da descrição como presença do taxonômico na narrativa leva-nos a História (São Paulo) v.32, n.1, p. 144-161, jan/jun 2013 ISSN 1980-4369

ajuntar que descrever é também saber e fazer saber – ou ainda, fazer ver um saber. Mas, no interior de uma narrativa particular, a descrição tem ainda uma outra função. Esse saber que ela faz ver não se encontra justaposto à narração dos acontecimentos, pois a descrição tem sua eficácia na própria narrativa” (HARTOG, 1999, p. 270).⁶

Depois do navegador, chega-se a outro importante episódio biográfico: aquele que envolve os irmãos Martim Afonso e Pero Lopes de Sousa. A proposta é visualizar por onde se expandem essas vidas na *HGB*:

Para commandar esta fôra escolhido Martim Affonso de Sousa, que ao depois se fez celebre na Asia, obrando prodigios de valor. Contava então apenas trinta annos; mas ja por seu juizo havia merecido a honra de fazer parte dos conselhos do rei. A amizade e o parentesco que com elle tinha o védor da Fazenda D. Antonio de Attaide, depois conde da Castanheira, deviam contribuir muito para a escolha; mas quem como nós teve a occasião de conhecer tão cabalmente o dito Castanheira, por toda a sua correspondencia privada e de officio, incluindo a que ao depois por annos entreteve com o mesmo Martim Affonso em serviço na Asia, não póde, por um só instante, suspeitar que, no animo do conde, a amizade preponderasse ao zelo pelo Estado, tratando-se de um empregado deste. Além de quê, não era o conde da Castanheira exclusivo no conselho; – e não se atreveria a fazer ao Soberano qualquer recommendação, quando não tivesse o apoio de Antonio Carneiro, e de Pedro d’Alcaçova Carneiro, que eram tambem ministros mui influentes no Estado (VARNHAGEN, 1854, p. 44).

O personagem é construído, a princípio, pelas cartas de Castanheira, em contraposição ao que se sabia, até então, acerca do histórico profissional do biografado. A limitação documental, se por um lado inibia uma apresentação mais extensa da vida de Martim Afonso, por outro é suficiente para revelar a manobra que o conduziu ao comando da frota, além de servir de contexto de abertura para a entrada em cena de seu irmão, um escritor coetâneo aos acontecimentos:

Com Martim Affonso vinha tambem nesta armada seu irmão Pero Lopes de Sousa, moço honrado e de grandes brios e valor, e igualmente muito bem conceituado perante o mesmo conde de Castanheira. Á penna de Pero Lopes devemos hoje tudo quanto de mais averiguado sabemos dessa expedição, que se apresentou diante do Cabo de Santo Agostinho no ultimo Janeiro de 1531, depois de haver tido alguns dias de demora, para se refazer de mais mantimentos, na Ribeira grande, porto da cidade capital do archipelago de Cabo Verde (VARNHAGEN, 1854, p. 45).

O diário de navegação de Pero Lopes foi localizado e editado por Varnhagen (SOUZA, 1839). Nele foram incluídas as notícias biográficas dos irmãos, com detalhes de suas respectivas personalidades. A primeira utilidade delas foi aprimorar a demonstração da fonte. Outra, a citação

de uma das cartas trocadas entre Castanheira e Martim Afonso, que vem em nota de rodapé na obra, e sinaliza:

A Martim Affonso escrevia de Pero Lopes o C. da Castanheira, em 1538: “Pero Lopes, vosso irmão, está feito um homem muito honrado, e outra vez vos affirmo muito honrado. E digo vo-lo assim porque pôde ser que por sua pouca idade vos pareça que terá bons principios, mas que não sera ainda de todo bem assentado nisso, como vo-lo eu aqui digo que é ainda menos do que o que delle cuido (VARNHAGEN, 1854, p. 45, nota 2).

Pode-se dizer que sublinhar as virtudes de Pero Lopes corresponderia a valorizar, mais uma vez, a preciosa fonte publicada, principal recurso para o estudo da primeira grande expedição portuguesa do período quinhentista, em sua colônia. Por conseguinte, anuncia-se mais uma das pertinências biográficas, pois a exploração do documento projeta os biografados ao que se pode considerar o limite entre as remissões pessoais e o conjunto temático de determinada seção da obra:

Para não deixarmos de aproveitar a minima eventualidade no pouco que sabemos do que então se passou nesta paragem, cujas menores circunstancias hoje interessam a todo o Imperio, transcreveremos fielmente quanto nos transmittiu um dos nautas, que logo veremos donatario de Itamaracá, Santo Amaro e Santa Catharina. É Pero Lopes quem prosegue, em seu estylo, tão ingenuo como pittoresco: ‘Como fomos dentro (da bahia de Janeiro) mandou o capitão (Martim Affonso) fazer uma casa forte com cerca por derredor; e mandou sair a gente em terra e por em ordem a ferraria, para fazermos cousas de que tinhamos necessidade [...] (VARNHAGEN, 1854, p. 49).

Segue-se a este excerto a longa citação e passagens do diário que, embora criticado em seu estilo, é transformado em recurso de visibilidade das movimentações ocorridas em meados do século XVI:

Foi a aldeia de Piratininga que Martim Affonso escolheu para fundar a colonia ou a villa sertaneja, cujo governo militar confiou a João Ramalho, com o pomposo titulo de guarda-mór do campo. Eis a origem europea da actual cidade de São Paulo. Ouçamos agora o que nos diz Pero Lopes de Sousa, testemunha de vista durante os primeiros quatro mezes de vida das ditas duas colonias: ‘Repartiu o capitão mór a gente nestas duas villas, e fez nellas officiaes; e poz tudo em boa ordem e justiça; do que a gente toda tomou muita consolação, com verem povoar villas, e ter leis e sacrificios, celebrar matrimonios e viver em communicação das artes; a ser cada um senhor do seu; e investir as injurias particulares; e ter todos os outros bens da vida segura e conversavel’. Nestas poucas palavras se encerram os pontos capitaes respectivos a qualquer sociedade constituida. Vemos as colonias e as suas competentes autoridades; vemos o reñhecimento das leis; vemos as praticas, assim do que respeita ás consciencias, pelas ceremonias dos sacrificios religiosos, como ao estado social pela celebração dos matrimonios; vemos garantida a segurança individual e a propriedade, e sem valhacouto as tropelias e injurias. Para nada faltar, como bem essencial na vida ‘segura e conversavel’, diz-

nos Pero Lopes que já viviam os colonos em ‘comunicação das artes’ (VARNHAGEN, 1854, p. 56).

São vestígios da crônica que permeiam a *Historia Geral* e atuam em uma dupla tarefa: atribuir à narrativa uma *cor local* e, em especial, autenticar a pesquisa documental que favoreceu a feitura da obra.⁷ A cor local seria, assim, um meio de, pela narrativa, “viajar no tempo”, deslocar o leitor para o período desenhado na escrita em suas propriedades particulares. Esta é uma noção importante para se pensar o gênero biográfico na escrita da história oitocentista na medida em que muitos historiadores narrativistas refletiram sobre a ideia do grande homem e seu papel na representação histórica. A. Thierry, por exemplo, simpatizava com as vítimas da história; V. Cousin, por sua vez, afirmava que os vencidos sempre haviam errado; e nomes como F. Guizot e P. de Barante defendiam a liberdade individual contra o fatalismo absoluto. Ou seja, alterações na maneira de escrever a história traziam à baila os debates acerca do lugar do grande homem e suas formas de descrição e participação (GÉRARD, 1998-2, p. 31-48).⁸

Desta maneira, “para reproduzir a cor, o historiador deve se submeter a uma outra exigência (que se torna uma característica da narrativa científica moderna): aceitar apagar a si mesmo como autor” (CEZAR, 2004, p. 21). Esta não é, no entanto, uma característica preponderante da narração da *HGB*. Varnhagen não anula seu lugar de narrador mesmo em meio ao misto de gêneros que se percebe ao longo do texto. Vestígios da crônica de séculos anteriores não são capazes de fazer “desaparecer” sua autoria em trânsito pelos diversos momentos em que parece buscar a cor local. De que forma se resolve tal impasse? Uma provável resposta pode ser pensada a partir do episódio biográfico apresentado. A pretensão de transpor a barreira temporal a fim de vislumbrar, de maneira nítida, a incipiente colônia portuguesa na primeira metade do século XVI é mediada pela visão de Varnhagen, ou seja, é por seu intermédio que se chega às “vozes” das testemunhas. Foi ele quem viu o diário de Pero Lopes e quem o faz *dizer*. Nesse caso, a biografia se impõe, pois há um jogo de trocas recíprocas entre o que o documento permite que se narre e o que somente o historiador pode considerar verídico nele.⁹ Narrar uma vida é pertinente, tanto do ponto de vista da cor local quanto do esforço por autorizar o personagem enquanto testemunha. Assim, a reflexão que ingressa no texto, motivada pelo modo como a morte de Pero Lopes é descrita, é emblemática do espaço biográfico a ele garantido:

Lá se foi com uma armada; e, quando já de volta, encontrou nas ondas a sepultura, perto da ilha de Madagascar, segundo se crê. Faltou pois Pero Lopes do mundo desgraçadamente para a sua glória e para o bem da sua família, no momento em que sua perda era a todos mais sensível. Depois de haver elle lóbrigado a trilha que o devia conduzir ao templo da glória, depois que a esposa cedendo a seu carinho, havia nelle, e, só nelle, posto toda a sua esperança de gozosa felicidade e o de um bello renome para seus filhos, depois que as esperanças da patria começavam a

desabrochar em favor deste jovem pundonoroso... Tudo illusão! Em verdade nada pode haver de mais triste, de mais cruel do que uma prematura morte. – Quão differente se nos apresenta o fim do ancião illustre, cuja falta successiva de fôrças physicas o tem ido pouco a pouco desprendendo do mundo, onde havendo sempre cuidado de robustecer com o estudo, cada dia mais, sua razão, vê na morte o sello da immortalidade de seu nome no porvir, ganha pelos serviços que teve tempo de legar aos seus semelhantes – á humanidade. A desventurada viuva (e bem desventurada que não foi esta a única perda que soffreu) de Pero Lopes ainda a chorava vinte e tantos annos depois, e quase não podia acreditar que seu marido se houvesse deste mundo ido de todo, sem lhe haver dito o ultimo adeus (VARNHAGEN, 1854, p. 143).

O *lugar do morto* seria o mesmo entre aquele que descreve e testemunha: “substituto do ser ausente, prisão do gênio mau da morte, o texto histórico tem um papel performativo. A linguagem permite a uma prática situar-se com relação ao seu *outro*, o passado. Com efeito, ele mesmo é uma prática. A historiografia se serve da morte para articular uma lei (do presente). Ela não descreve as práticas silenciosas que a constroem, mas efetua uma nova distribuição de práticas já semantizadas” (CERTEAU, 2006, p. 108).¹⁰ Certamente, Pero Lopes de Sousa é mais que um nome próprio na *HGB*; sua morte não é anônima, mas uma “morte que faz o acontecimento” (RICOEUR, 2007, p. 379). A percepção da morte como uma prática que se coloca entre o presente e o passado, nesse caso, corresponderia a ordenar o tempo. Contudo, não simplesmente pela narração da vida e da morte, mas pela “atestação biográfica” de uma testemunha (RICOEUR, 2007, p. 175).¹¹

Por isso, a testemunha precisava ser criticada de ponta a ponta, do exame documental à narrativa: “quando a história finalmente conseguiu, no século XIX, definir-se como ciência, a ciência do passado, ela não conhecia mais do que ‘documentos’. As ‘vozes’ tinham-se transformado em ‘fontes’ e, ao final dessa transformação, as ‘testemunhas’ chegaram mesmo a acreditar que deviam assemelhar-se a historiadores” (HARTOG, 2005, p. 191). Em Varnhagen, como os termos estavam mais vinculados aos primeiros esforços de disciplinamento, a tentativa de contenção das testemunhas era ambígua. Documentos, sim, mas que ainda sustentavam suas vozes que deveriam ser conhecidas e coordenadas. Logo, embora fosse mais seguro lidar com as testemunhas do passado (a póstuma *História da Independência do Brasil* e os comentários de Varnhagen anteriormente citados indicam algo neste sentido), ainda assim elas colocavam problemas diversos. Com efeito, a atestação biográfica nem sempre era autobiográfica, como no caso de Pero Lopes.

Um personagem que se destaca no texto *HGB* e se coloca como um importante contraponto aos exemplos anteriores é aquele de Diogo Álvares, o Caramuru:

Favorecendo os Padres foi que Diogo Alvares prestou serviços pelos quaes merece que neste logar lhe dediquemos algumas linhas. Morador na Bahia desde o anno de 1510, ahi resistira a todas as inconstancias dos gentios; porque tendo-se criado entre elles desde moço, talvez fôra já outro gentio em tudo, menos na côr da pelle e no pouco que ainda se lembraria da sua lingua. Tinha muitos filhos, e estava assim aparentado por afinidade, ao modo da terra, com muitos da cabilda a que se agregára. A tradição, em harmonia com alguns documentos, faz-nos crer que, em certa conjuntura, vendo-se em grande aperto e ameaçado do gentio, usou de um ardil que o salvou, e foi causa de receber dos indios a alcunha de *Caramurú*, por que ficou sendo conhecido. Vejamos qual foi este ardil, e deixemos de parte a questão secundaria de averiguar se teve logar por occasião do primeiro desembarque do colono e quando elle ainda seria muito moço, ou se depois, como imaginamos nós, quando foi arrojado com o donatario Coutinho na costa da ilha de Itaparica. Diz a tradição que, achando-se Diogo Alvares na praia, armado de uma espingarda, e vendo-se cercado de muitos gentios, julgou que os amedrontava disparando um tiro, e que tão bom effeito surtiu, que o julgaram munido de um poder sobre-humano, e estiveram logo por tudo quanto quiz. O nome *Caramurú* é o de certa enguia electrica, isto é, o de um peixe comprido e fino como uma espingarda, que pelas suas virtudes de fazer estremecer, e pelo attributo de damnar e ferir, poderia ser applicado ao tremendo instrumento (oriundo tambem agora do mar) e por uma facil e insensivel ampliação ao seu portador. Delle *Caramurú* se valeram muito os primeiros missionarios e o mesmo Thomé de Sousa, para angariar a si os Barbaros visinhos, com ajuda do temor que se lhes chegou a inspirar (VARNHAGEN, 1854, p. 202-203).

Diogo Álvares é um nome cuja comprovação vem, em parte considerável, da tradição.¹² É esta quem descreve a cena que tenta explicar a alcunha autóctone do personagem, filologicamente analisada na *HGB*. O personagem, imortalizado pelo poeta José de Santa Rita Durão, perdia seu carácter mais literário e ingressava, pelo registro biográfico, na história do Brasil quinhentista. Varnhagen ressalta que havia documentos, mas é a voz da tradição que será o instrumento-chave para seu argumento. Pode-se pensar que, neste caso, o favorecimento da cor local teria falado concomitante à voz ajuizada do historiador. Todavia, não parece ter sido assim tão simples, pois, como observa Manoel Salgado Guimarães, “as antiguidades nacionais, valorizadas a partir do começo do século XIX, sempre existiram em sua materialidade nos lugares onde pretensamente serão ‘descobertas’ ao longo do Oitocentos. Contudo, não foram captadas como antiguidades senão quando um olhar modernamente constituído pode incorporá-las como parte da tradição e do passado dessas sociedades nacionais” (GUIMARÃES, 2000, p. 116).

Diante desse impreciso olhar, de que forma Varnhagen busca trabalhar com a suposta veracidade da tradição? Propondo uma genealogia da presença de Diogo Álvares situada entre a tradição e os documentos. Não uma genealogia à procura de “mil acontecimentos agora perdidos”, mas que colocasse em acordo a autoridade do historiador e o que diziam os vestígios do passado (FOUCAULT, 2004, p. 20). Em *O Caramurú perante a Historia*, publicado em 1848 na *Revista do IHGB*, o historiador afirma: “formado assim um verdadeiro *mytho heroico*, propaga-se tomando corpo de geração em geração, e frequentes vezes se tem até fundido no nome de um só individuo os

casos notáveis ocorridos a diferentes pessoas. O povo não está á espera de que apareçam cronistas e historiadores com esta cathegoria para publicar um facto que lhe aguça a curiosidade” (VARNHAGEN, 1848, p. 129-130). Varnhagen percorre as referências escritas sobre o indivíduo que teria sintetizado o dito “mito heróico”. Retorna, entre outros, ao diário de Pero Lopes, a Gabriel Soares de Sousa, passando por Rocha Pita, sendo este último um registro a ser colocado parcialmente em suspenso, dadas as “galas da invenção” que nele haveria (VARNHAGEN, 1848, p. 146). De acordo com Maria da Glória de Oliveira: “Varnhagen não contradita a tradição acerca da existência de Diogo Álvares, sobre a qual afirma não ter qualquer dúvida”. Ou seja: “ao atribuir diferentes graus de exatidão no estabelecimento dos fatos históricos, ele auferia a verdade e a falsidade por meio do absoluto *poder de veto* concedido às fontes” (OLIVEIRA, 2012, p. 92).

Desse modo, é interessante observar como as noções de mito e tradição são conjugadas na construção historiográfica do biografado, tanto no trabalho publicado na *Revista do IHGB* quanto na *HGB*. Para nós, no que diz respeito ao mito e à tradição, é difícil distanciar-nos da discussão geral que, de fato, é a linha a partir da qual vimos conduzindo a leitura da presença biográfica na obra do historiador, ou seja, a invenção da autoridade na identidade historiadora em Varnhagen. Apesar da diminuição da margem divisória com os ecos do tradicional, não se tratava simplesmente de uma glorificação da tradição, ideia frequentemente associada a certo romantismo.¹³ Por este diálogo reafirmavam-se parâmetros factuais e epistemológicos e também garantias de ratificação aos recursos críticos apropriados pelo autor da *HGB* em suas publicações anteriores (lembre-se que tanto Gabriel Soares como Pero Lopes tiveram seus escritos publicados por Varnhagen). A história como prática e as relações dos historiadores com o tempo encontravam-se nas redefinições referentes aos padrões do texto histórico e do estatuto deste, que só poderia ser verificado no diálogo com as diversas formas de representação do passado e suas diferenças. “Sem dúvida - explica-nos Michel de Certeau -, essa é a razão pela qual a história tomou o lugar dos mitos ‘primitivos’ ou das teologias antigas desde que a civilização ocidental deixou de ser religiosa e que, de maneira política, social ou científica, ela se definiu por uma práxis que envolve, igualmente, sua relação consigo mesma e com outras sociedades” (CERTEAU, 2006, p. 55).

Este episódio biográfico na obra de Varnhagen incentiva a reflexão atenta aos meios pelos quais o texto de história adquire legitimidade no século XIX. É preciso trabalhar não somente com os recursos narrativos dos historiadores, mas também com as nuances temporais coadunadas em sua escrita da história, que, enfim, lhe atribuem credibilidade. A partir de suas práticas, o historiador toma de empréstimo e cria as ordens do tempo alinhadas em seus textos de maneiras variadas.¹⁴ Conforme sugere Hayden White: “trata-se apenas de uma hipótese, mas parece possível que a convicção do historiador de ter ‘encontrado’ a forma de sua narrativa nos próprios eventos, em vez de tê-la imposto a eles, tal como faz o poeta, seja uma consequência de certa falta de

autoconsciência linguística que obscurece a extensão em que as descrições dos eventos já constituem interpretações de sua natureza” (WHITE, 1994, p. 112). Sabina Loriga destaca, por sua vez, que esta postura teórico-metodológica incentivou os historiadores a se afastarem da literatura e daqueles que se dedicaram ao exame da dimensão narrativa da história (o que seria, para ela, um dos limites ao trabalho com o gênero biográfico no campo do conhecimento histórico) (LORIGA, 2006).

Levando-se em conta os exemplos analisados, antes de propor respostas às indagações até aqui apresentadas ou retomar os seus efeitos, é importante que façamos um recuo aos debates vinculados à autoridade do discurso histórico. Américo Vespúcio, Martim Afonso e Pero Lopes de Sousa, assim como Diogo Álvares, são personagens incorporados à narrativa histórica varnhagueniana a partir de questões que, de um modo ou de outro, atingem discussões relacionadas à capacidade de o historiador produzir uma representação do passado. Por meio do texto de Varnhagen é possível averiguar como se dava, em meados do século XIX, o esforço intelectual para efetuar essa representação e se fazer crer por meio dela. Ao investigar as cartas de Vespúcio e tomá-lo como um personagem, fornecer detalhes da vida e da morte de Pero Lopes ou desmistificar a existência do Caramuru, o autor da *HGB* articulava *evidências* e situava, no tempo e no espaço, *autoridades*. Seja pela inserção nos embates feita pelos precursores na descoberta do País, seja nas longas citações de uma fonte coeva ou no diálogo cruzado entre os documentos e a tradição, o que estava implicado era uma concepção particular de tempo.

Neste sentido, ressaltemos que a noção de evidência tem também sua história, cujas variações remontam aos antigos. Começando pela evidência como visão (Tucídides), passando pela associação entre visão e audição (Heródoto) e pelas *auctoritas* medievais, até chegar aos historiadores românticos e liberais e suas buscas pela genealogia da identidade e tentativas de narração, falar em evidência histórica implicava fazer adaptações que atravessaram os textos aos quais retornamos ainda hoje. Para Michelet, por exemplo, “o historiador não é somente esse mergulhador, visitante dos mortos e dos arquivos, esse viajante em olhar-participante, ele deveria ainda ter orelha, pois a história fala”. Outro exemplo desse período: “para homens como Thierry, a história também falava, mas a intervenção deveria limitar-se (sobretudo após 1830) a *deixar* falar os documentos” (HARTOG, 2005, p. 135-151). Com Fustel de Coulanges, o que era visível passaria a ser considerado ilusão: “como observador, o historiador define apenas a posição que ocupa negativamente: ele diz onde ele não deve estar, não onde ele está. Apesar de tudo, no momento em que ele escreve *A cidade antiga*, essa ascese metodológica é então virada contra o presente. Trata-se

de denunciar as maldosas imitações da Antigüidade para melhor defender a liberdade moderna” (HARTOG, 2005, p. 149).

Considerando esses mapeamentos do olhar historiador propostos por Hartog, desde as primeiras escolhas até os posicionamentos próprios do Oitocentos, é possível relacionar o uso da biografia na obra de Varnhagen com seu trabalho com as fontes, uma vez que, no século XIX, uma função heurística estava vinculada ao gênero biográfico (LORIGA, 1998, p. 228). Logo, a constituição dos arquivos e das testemunhas passava por pesquisas dessa forma narrativa. Operar as evidências por meio da leitura de cartas de Vespúcio, viajar tendo como guia os escritos de um senhor de engenho (Gabriel Soares de Sousa) ou opor as vozes da tradição e os registros escritos sobre determinado nome são meios de ordenar o tempo e autoridades. A autoridade do arquivo, de determinada testemunha ou desse sinônimo da própria autoridade, que é a tradição, define um tempo, aquele que o labor de Varnhagen não se cansa de alinhar e que é construído em contraposição a diversas temporalidades.

Quanto à noção de autoridade, Hannah Arendt continua uma referência incontornável. Para a filósofa, entre os antigos e o mundo moderno houve uma mutação significativa nas formas da autoridade, o que causou mal-entendidos de várias ordens. A tese de Arendt é que não há fortes paralelos entre a antiga ideia de autoridade e o que se entende pela mesma palavra na modernidade:

Visto que a autoridade sempre exige obediência, ela é comumente confundida com alguma forma de poder ou violência. Contudo, a autoridade exclui a utilização de meios externos de coerção; onde a força é usada, a autoridade em si mesmo fracassou. A autoridade, por outro lado, é incompatível com a persuasão, a qual pressupõe igualdade e opera mediante um processo de argumentação. Onde se utilizam argumentos, a autoridade é colocada em suspenso. Contra a ordem igualitária da persuasão ergue-se a ordem autoritária, que é sempre hierárquica. Se a autoridade deve ser definida de alguma forma, deve sê-lo, então, tanto em contraposição à coerção pela força como a persuasão através de argumentos (ARENDR, 2003, p. 129).

Essas precisões semânticas tornam mais compreensível a ideia de que, de fato, o questionamento da noção de autoridade é um indício de que sua apreensão antiga foi de algum modo abandonada ou que sofreu adaptações posteriores. Arendt explica que a perda da autoridade foi apenas o último momento de um processo que atingiu duramente também a tradição e a religião (ARENDR, 2003, p. 130). Em consequência, não é fortuito que as experiências históricas e historiográficas, sobre as quais falam historiadores como Reinhart Koselleck, visivelmente alteradas nos últimos séculos, resultem dos diferentes estatutos desses três elementos: autoridade, tradição e religião (KOSELLECK, 2001, p. 68-82).

Em meio a estas questões, Pascal Payen observa que, por ser uma categoria política, é necessário que a noção de autoridade seja contextualizada (PAYEN, 2007. p. 8). O historiador

propõe um oportuno mapeamento da noção, reconstituindo a autoridade antiga, tal como tratou Arendt, e após estabelecendo a sua relação com as querelas entre antigos e modernos, quando seu significado desloca-se e passa a atuar no caminho das alterações de caráter efetivamente temporal (no sentido de afetar as experiências e ordenamentos temporais) (PAYEN, 2007. p. 11-17). Ao averiguar esses usos da ideia de autoridade em diferentes momentos, o autor cita o caso dos antiquários, que buscavam sua legitimidade lançando a autoridade para o passado (por eles dominado). Por fim, Payen destaca a convergência existente entre autoridade e escrita: “a escrita é, com o tempo, o segundo produtor de autoridade” (PAYEN, 2007. p. 18-20).

Escrita e tempo, como princípio de autoridade, é uma perspectiva a ser considerada na compreensão dos jogos entre presente e passado na *HGB* e na obra de Varnhagen como um todo. O modo como os índios, personagens coletivos, são geralmente apresentados fornece forte indício neste sentido:

Nos selvagens não existe o sublime desvelo, que chamamos patriotismo, que não é tanto o apego a um pedaço de terra, ou bairrismo (que nem sequer elles como nomades tinham bairro seu), como um sentimento elevado que nos impelle a sacrificar o bem estar e até a existencia pelos compatriotas, ou pela glória da patria, com a só idéa de que a posteridade será grata á nossa memória, e a ella adjudicará neste mundo a immortalidade, [...] (VARNHAGEN, 1854, p. 98).

Mais adiante, segue Varnhagen:

De taes povos na infancia não ha historia: ha só ethnographia. Nem a chronica do seu passado, se houvesse meio de nos ser transmittida, mereceria nossa attenção. Mais do que tratando-se da biographia de qualquer varão, ao depois afamado por seus feitos, os contos da meninice e primitiva ignorancia do ao depois heroe ou sabio. A infancia da humanidade na ordem moral, como a do individuo na ordem physica, é sempre acompanhada de pequenez e de miserias. – E sirva esta prevenção para qualquer leitor estrangeiro que por si, ou pela infancia de sua nação, pense de ensoberbecer-se, ao ler as pouco lisongeiras paginas que vão seguir-se (VARNHAGEN, 1854, p. 108).

Apesar de sua assumida posição antirromântica e anti-indianista - que gera diversas polêmicas - Varnhagen estudou e defendeu a pesquisa etnográfica ao longo de praticamente toda a sua trajetória. Seu objetivo era desconstruir os argumentos indianistas e a tese sobre o direito de propriedade perante o território. “A atitude de Varnhagen em relação aos índios pode, sem dúvida, ser compreendida a partir de sua inserção em uma querela não assumida e não declarada no seio da cultura histórica do Brasil no século XIX, mas nem por isso inexistente, entre Antigos, Modernos e Selvagens”. Nesse debate, particularidade do Novo Mundo, seriam os índios pouco a pouco deslocados para “um passado distante, supostamente histórico”, transformando, a partir de

argumentos de autoridade da “ciência histórica”, uma complexa questão política da época (CEZAR, 2008, p. 43-65).

Todas as inserções biográficas trabalhadas no eixo da presente análise corroboram, afinal, uma concepção de história que intenta construir sua autoridade ampliando, descrevendo, contrapondo e mesmo suprimindo temporalidades. A narrativa historiográfica de Varnhagen não trabalha, em definitivo, com o que ela “encontrou” no passado. Ela se articula no e a partir do presente, demarca suas distâncias, insinua proximidades e, sobretudo, pretende impor-se por meio do diálogo com formas ativas de tempo. Daí, podemos deduzir que os caminhos da história não são assim tão evidentes. Entre *ver e dizer* e *saber e fazer ver um saber*, a história como conhecimento disciplinado percorreu caminhos imprecisos e delicados. Talvez os aspectos epistemológicos e políticos implicados nos casos biográficos aqui expostos expliquem os motivos pelos quais esses personagens foram descritos em suas particularidades, enquanto nomes mais conhecidos tenham sido descritos na *HGB* de modo mais discreto. Seria o “distinto” Tomé de Souza um “evidente” representante da nação, cuja breve passagem abaixo seria suficiente para demonstrar sua importância?

Para governador geral foi escolhido Thomé de Souza, filho natural d’uma das primeiras casas do reino, distinto por seus grandes dotes governativos, e pelo valor e prudencia que provára em muitas ocasiões difficeis na Africa e na Asia. Quatorze annos antes ja este capitão merecia grande conceito ao Conde da Castanheira, quando (escrevendo a Martim Affonso) dizia delle que partia para a India que ‘cada vez lhe ia achando mais qualidades boas, tendo sobre todas a de ser sisudo’. – Para a colonia que ia fundar possuía ainda a de saber fazer-se querer: – a de ser superior sem deixar de ser companheiro (VARNHAGEN, 1854, p. 193).

E o mesmo ocorria com relação ao “bravo” Estácio de Sá, fundador da atual cidade do Rio de Janeiro, que em luta contra os invasores franceses perdeu a vida e teve sua morte reconstruída da seguinte forma:

Infelizmente recebeu na refrega uma frechada o bravo Estacio de Sá, e da ferida veiu a morrer um mez depois. Assim perdeu a vida assenteado como o padroeiro (cujo dia era em que foi ferido) da cidade que fundára, e a que dera nome, e da qual os symbolos do martyrio do mesmo padroeiro vieram a ser insignias ou armas. Escriutores pagãos considerariam a Estacio de Sá como a victima innocente votada em holocausto aos deuses infernaes, para aplacar suas iras contra os novos colonos. A resignação manda-nos curvar a cabeça ante os decretos do Altíssimo, e a justiça com que escrevemos obriga-nos a declarar que á sollicitude deste primeiro capitão e ao seu esforço, prudencia e animo religioso deve a cidade o contar a fundação do

primeiro quartel de 1565, sem que nenhum revez interrompesse seu progressivo desenvolvimento neste século e no seguinte (VARNHAGEN, 1854, p. 254).

Ao que parece, diversas formas ativas de tempo emergem nas páginas da *HGB* de Varnhagen: ora aparecem na mescla de gêneros narrativos (história, crônica, biografia etc.), ora revelam-se nos embates eruditos (como nas pesquisas sobre Vespúcio), além de serem alguns desses estratos temporais ordenados e caracterizados pelos modelos críticos que se fortaleciam no século XIX (verificações de vestígios como o diário de Pero Lopes, trocas com a tradição ou a defesa da etnografia indígena).¹⁵ Todavia, eram as indagações do presente que interpolavam dúvidas epistemológicas e diligências políticas, tradições do passado e contexto contemporâneo, tempo e autoridade. Tempos que se confundiam reconfigurando vidas do passado no presente.

Referências bibliográficas

AMADO, J. Diogo Álvares, o Caramurú, e a fundação mítica do Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, 2000, p. 3-39.

ARENDDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

CAMPOS, P. M. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In: GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos**. 4. ed. São Paulo: Difel, 1983, p. 250-293.

CARDOSO, E. W. **A cor local e a escrita da história no século XIX: o uso da retórica pictórica na historiografia nacional**. 2012. Dissertação (Mestrado em História). Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano 1: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CERTEAU, M. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CEZAR, T. A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império. Escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, 2005, p. 79-99.

CEZAR, T. Anciens, Modernes et Sauvages, et l'écriture de l'histoire au Brésil au XIX siècle. Le cas de l'origine des Tupis. **Anabases** 8, 2008, p. 43-65.

CEZAR, T. Narrativa, cor local e ciência. Notas para um debate sobre o conhecimento histórico no século XIX. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 8, n. 10, 2004, p. 11-34.

CIORANESCU, A. La découverte de l'Amérique et l'art de la description. **Revue des Sciences Humaines**, 102, 1962, p. 161-168.

DOIRON, N. Voyage et vérité. **Quaderni del seicento francese**, Adriatica-Bari/Nizet-Paris, 1984.

FOUCAULT, D.; PAYEN, P. (Org.). **Les Autorités. Dynamiques et mutations d'une figure de référence à l'Antiquité**. Grenoble: Éditions Jérôme Millon, 2007.

FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **A microfísica do poder**. 20. edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004, p. 15-37.

GÉRARD, A. Le grand homme e la conception de l'histoire au XIX siècle. **Romantisme**, n. 100, 1998-2, p. 31-48.

GUIMARÃES, L. M. P. Debaixo da imediata proteção de Sua Magestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, n. 388, jul./set., 1995.

GUIMARÃES, L. M. P. Francisco Adolfo de Varnhagen. História geral do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). **Um banquete no trópico 2**. São Paulo: Editora SENAC, 2001, p. 77-96.

GUIMARÃES, M. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-27.

GUIMARÃES, M. S. Reinventando a tradição: sobre antiquariado e escrita da história. **Humanas**, Porto Alegre, v. 23, n. 1/2, 2000, p. 111-143.

HARTOG, F. **Évidence de l'histoire. Ce que voient les historiens**. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études em Sciences Sociales, 2005.

HARTOG, F. **O espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

HARTOG, F. Tempos do mundo, história, escrita da história. In: GUIMARÃES, M. L. S. (Org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 15-25.

KANTOR, I. **Esquecidos e renascidos**: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.

KOSELLECK, R. **Los estratos del tiempo**. Estudios sobre la historia. Barcelona: Paidós, 2001.

LORIGA, S. A biografia como problema. In: REVEL, J. (Org.). **Jogos de escalas**. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 225-249.

LORIGA, S. **Des possibilités d'une histoire biographique**. Comunicação apresentada na conferência proferida em 25 de setembro de 2006 no IFCH/UFRGS. Texto gentilmente cedido pela autora.

OLIVEIRA, M. G. **Escrever vidas, narrar a história**. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

REIS, J. C. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, J. H. **História da história do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

SANTOS, E. **Tempos da pesquisa, tempos da escrita**. A biografia em Francisco Adolfo de Varnhagen (1840-1873). 2009. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

SOUZA, P. L. **Diário de Navegação da Armada que foi à terra do Brasil – em 1530 – sob a Capitania-mor de Martim Affonso de Souza**. Publicado por Francisco Adolfo de Varnhagen. Lisboa: Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1839.

VARNHAGEN, F. A. **Correspondência Ativa**. Coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1961.

VARNHAGEN, F. A. **Historia geral do Brazil, isto é, do descobrimento, colonisação, legislação e desenvolvimento deste estado, hoje imperio independente, escripta em presença de muitos documentos autenticos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda. Por um socio do Instituto Historico do Brazil, natural de Sorocaba**. Tomo primeiro, Rio de Janeiro, em caza de E. e H. Laemmert, 1854.

VARNHAGEN, F. A. O Caramurú perante a historia. Dissertação apresentada ao Instituto pelo socio correspondente o Sr. Francisco Adolpho de Varnhagen. **Revista do IHGB**, tomo X, 1848, p. 129-152.

VEYNE, P. **Como se escreve a história**; Foucault revoluciona a história. 4. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

WEHLING, A. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WHITE, H. O texto histórico como artefato literário. In: **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. Ensaio de Cultura 6. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 1994, p. 98-116.

Notas

¹ Este artigo analisa as incorporações de caráter biográfico verificadas no primeiro tomo da *Historia geral do Brazil*, publicado em 1854. A primeira edição da obra – aqui utilizada – é composta de dois volumes (o segundo tomo foi editado em 1857 e será examinado em outra oportunidade).

² Nas citações de fontes mantivemos a grafia original.

³ Em *post editum*, publicado ao final do primeiro tomo da *HGB*, escreve Varnhagen: “Uma coisa é a História Geral (ainda quando não resumida) de um Estado, e outra são as actas das suas cidades e villas; os annaes e fastos das suas provincias; as chronicas dos seus governantes; as vidas e biographias de seus cidadãos benemeritos. Aquella não impede que nestas se trabalhe, e em cada qual tem a narração proporções convenientes” (VARNHAGEN, 1854, p. 478).

⁴ De Francisco Adolfo de Varnhagen, ver: *Amerigo Vespucci. Son caractère, ses écrits (même les moins authentiques), sa vie et ses navigations, avec une carte indiquant les routes*. Lima: Imprimerie du Mercurio, 1865; *Le premier voyage de Amerigo Vespucci définitivement expliqué dans ses détails, par F. A. de Varnhagen*. Vienne: chez les Fils de Carl Gerold, 1869; *Nouvelles recherches sur les derniers voyages du navigateur florentin et le reste des documents et éclaircissements sur lui. (Avec les textes dans les mêmes langues qu'ils ont été écrits par FAV)*, 1869; *Ainda Amerigo Vespucci: novos estudos e achegas, especialmente em favor da interpretação dada a sua primeira viagem em 1497-98, as costas do Yucatan e Golfo Mexicano*. Vienna, Imprensa di filho de Carlos Gerold. Edição por conta do A. 1874.

⁵ Não custa lembrar que Varnhagen “antes de se tornar historiador profissional [hesitou] entre a história e a geografia” (CEZAR, 2005, p. 89).

⁶ Especificamente sobre a descrição ver CIORANESCU (1962, p. 161-168) e DOIRON (1984, p. 20-21).

⁷ “Derivada da técnica pictorial do século XVII, associada de um modo ou de outro às metáforas provenientes dos domínios da pintura, do desenho, da paisagem, a *cor local* é um recurso narrativo que encontra suas primeiras teorizações no contexto do romantismo e do romance histórico. Walter Scott (1771-1832), René Chateaubriand (1768-1848), Augustin Thierry (1795-1856), Prosper Barante (1782-1866) e Victor Cousin (1792-1867) são referências importantes desse movimento” (CEZAR, 2004, p. 20). Para uma análise mais detalhada e sofisticada ver CARDOSO (2012).

⁸ Ressaltamos que as relações estabelecidas neste ponto dizem respeito apenas aos autores citados por Cezar e Gérard. Como já foi dito anteriormente, não há, em Varnhagen, uma caracterização precisa do que viria a ser o grande homem e nem mesmo é o caso dos biografados aqui tratados, Martim Afonso e Pero Lopes de Sousa. Além disso, os narrativistas franceses foram importantes para, sobretudo, a primeira geração do IHGB.

⁹ “Pensar o tema da cor local como um recurso narrativo para a história passa pela questão do estatuto de veracidade do texto histórico” (CEZAR, 2004, p. 20).

¹⁰ Ver também CERTEAU (1994, p. 293-303); sobre a carência oitocentista de mortos a reverenciar no Brasil, ver GUIMARÃES (1995, p. 542).

¹¹ Paul Ricoeur, ao mapear as noções que configuram a testemunha, investiga as características desta, levantando a noção geral de percebê-la como uma narrativa autobiográfica. A experiência testemunhal, bem como sua confiabilidade frente à factualidade da realidade passada em questão, são elementos que “ligam o testemunho pontual a toda a história de uma vida” (RICOEUR, 2007, p. 173).

¹² Janaína Amado propõe uma interpretação das diversas facetas desse personagem desde as primeiras descrições, entre os cronistas do século XVI, passando pela sua incorporação à poesia seiscentista e pela obra de Santa Rita Durão, no XVIII, pelas inserções na obra de Rocha Pita, a *História da América Portuguesa* (1730) - que serão alvo de duras críticas de Varnhagen no século XIX (AMADO, 2000).

¹³ Cabe mencionar a correção que Hannah Arendt faz à corriqueira relação: “hoje, a tradição é algumas vezes considerada como um conceito essencialmente romântico, porém o Romantismo não faz mais que situar a discussão da tradição na agenda do século XIX; sua glorificação do passado apenas serviu para assinalar o momento em que a época moderna estava prestes a transformar nosso mundo e as circunstâncias em geral a tal ponto que uma confiança inquestionada na tradição não era mais possível” (ARENDDT, 2003, p. 53).

¹⁴ Para outros casos em que esta ideia é desenvolvida a partir do texto da *HGB*, ver SANTOS (2009).

¹⁵ Ver o estudo de Iris Kantor sobre a produção histórica das academias setecentistas. Além de demonstrar que a pesquisa historiográfica já era realizada naquele período, este trabalho fornece pistas relacionadas à mescla de gêneros percebida, ainda que negada no texto varnhageniano (KANTOR, 2004).

Recebido em fevereiro/2013.

Aprovado em abril/2013.